



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI N.º 222, DE 2024**

Dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o prazo para pagamento do IPTU e das taxas de serviços urbanos do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relatora:** Vereadora JANICLEIDE ALVES DA SILVA

## **I RELATÓRIO**

Foi distribuído a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP), no dia 26 de fevereiro de 2024, para parecer na forma regimental, o Projeto de Lei n.º 222, de 2024, de autoria Prefeito Municipal.

O projeto é composto de dois artigos.

O art. 1º estabelece que o prazo para pagamento à vista, em conta única, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), no exercício de 2024, com desconto de 10%, será até o dia 10 de maio; e ainda que o IPTU e as taxas de serviços urbanos poderão ser pagos em três parcelas iguais, sem desconto, com os seguintes vencimentos: 10 de maio de 2024, 10 de junho de 2024 e 10 de julho de 2024.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, em síntese, o relatório.

## **II FUNDAMENTAÇÃO**

A forma de pagamento do IPTU e das taxas de serviços urbanos, proposta no projeto, atende aos interesses da Administração e dos contribuintes.

É louvável autorizar o parcelamento desses tributos em três parcelas iguais, por facilitar o cumprimento dessa obrigação fiscal.

O pagamento parcelado do imposto e as taxas permite aos contribuintes distribuir a despesa ao longo de três meses, o que facilita o orçamento familiar. Com efeito, o



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

parcelamento reduz o impacto financeiro, especialmente para os contribuintes que têm dificuldades de pagar a obrigação tributária de uma só vez.


O percentual de desconto, para pagamento à vista (10%) do IPTU, é suficiente para incentivar o contribuinte a satisfazer a dívida em parcela única.

Por outro lado, esse benefício tributário não causa impacto nas finanças municipais. O que se deixa de arrecadar com o desconto é compensado com o aumento do número de contribuintes que pagarão o IPTU à vista.

**III CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto da relatora e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 222, de 2024.

Sala das Reuniões, 4 de março de 2024.

  
**JANICLEIDE ALVES DA SILVA**  
Presidente e Relatora

  
**ELMAR FERNANDES DE RESENDE**  
Membro

  
**MARCOS TÚLIO DA SILVA**  
Membro